

O PENSAMENTO REVOLUCIONÁRIO BRASILEIRO

Cel CARLOS DE MEIRA MATTOS

Oficial de Estado-Maior

Convém, antes de mais nada, fixar o momento em que a Revolução brasileira se concretizou em idéias-fôrças. A fixação desse momento facilitará, sobremaneira, a interpretação do fenômeno e, além disso, permitirá a compreensão mais lúcida da sua problemática de desenvolvimento.

A Revolução brasileira *sòmente se concretizou numa dinâmica de direção política*, após o movimento de 31 de março. Antes disso, era o somatório de aspirações e preocupações diversas, tendo por denominador comum dois sentimentos anti — o anticomunismo e o antijanguismo —, sentimentos êsses fundidos no espírito de alguns revolucionários e distintos no de outros.

Argüirão alguns, entre os revolucionários, que éramos todos democratas e queríamos a restauração do nosso regime constitucional submetido, sub-repticiamente, às artimanhas daqueles que usavam do poder para negá-lo e subvertê-lo. Se bem que seja isto verdade, o fato de sermos democratas, apenas, não nos fornecia o instrumental para imprimir um rumo político à Revolução. É a democracia uma ideologia de teto e não um instrumento político de ação. Comparando, diremos que a democracia, assim como o marxismo-leninismo e o nacional-socialismo, aquecem as mentes, mas são insuficientes para mover, desembaraçadamente, as pernas e os braços de seus adeptos. O fato de sermos todos democratas, portanto, não nos dava a fôrça motora indispensável à realização de uma obra política revolucionária.

Precisávamos, além da inspiração ideológica, de uma dinâmica de ação política. Esta última não a tínhamos nós, ao irromper-se o movimento de 31 de março. A nossa eclosão revolucionária encontrou a sua dinâmica de ação nesses anti — anticomunismo e antijanguismo — que serviram para a derrubada, mas não serviriam para a construção.

Assim é que, nos primeiros dias de abril, deparamo-nos com um problema sério e urgente, como fôsse o de aparelhar com um instrumento de ação política a Revolução ou, melhor diríamos, o de dar uma doutrina política ao movimento de 31 de março, que, conhecendo, nitidamente, a sua ideologia, titubeava quanto à sua dinâmica.

Tratou-se, para o chefe da Revolução colocado no Poder, e para os revolucionários, de traduzir num corpo de doutrina as aspirações mais sérias e os anseios mais legítimos do povo brasileiro. Tratou-se, tam-

bém, de conjugar essas aspirações e anseios com as realidades da geografia brasileira (para não cair no êrro de querer fazer roupa pequena para menino grande, ou mesmo roupa maior do que o menino).

Durante o cataclismo do fascismo e do nazismo, Bergson traduziu a sua inquietação, diante dêsse impacto de âmbito universal que sacudia as democracias, dizendo que "era preciso pensar de nôvo".

Aplicar a fórmula bergsoniana do *pensar de nôvo*, esforçando-se por confrontar a doutrina democrática com a sua própria ideologia e com a experiência histórica recente, foi o que fizeram as grandes nações do Ocidente, nestes últimos 20 anos. Os governos dos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha Ocidental e França, uns antes que outros, tiveram a sensação de que deveriam reajustar a sua dinâmica de ação política, a fim de atenderem a dois imperativos inelutáveis da hora universal.

— Tônica social forte, que traduza a aspiração mais veemente e irresistível da humanidade neste século.

— Fortalecimento do princípio de autoridade.

O *pensar de nôvo* de Bergson traduz, assim, o anseio das democracias de encontrarem o caminho da sua evolução política consentânea ao século, sem abdicarem das conquistas admiráveis da civilização ocidental, representadas pelo *culto à liberdade e à justiça*. Esse culto à justiça, no movimento renovador encetado pelas grandes democracias, recebeu uma extensão bastante ampla na preocupação permanente com a *justiça social*, que empresta, hoje, a marca de autenticidade às empresas políticas do mundo.

Procura assim a Revolução brasileira, na sua fidelidade à ideologia democrática, montar uma doutrina de ação política moderna, renovadora, transformadora, revolucionária. Esse sentido revolucionário ficou muito bem expresso pelo Presidente Castello Branco, quando discursou no Itamarati, por ocasião da formatura da turma de 1964 do Instituto Rio Branco:

"Pretendi dar-vos a última aula de vosso estágio no Instituto Rio Branco. Não o fiz como professor de Teoria Diplomática, mas como responsável pela formulação das bases da doutrina adotada para a nossa política externa. Desejo que anoteis ser esta doutrina fundamentada nos objetivos nacionais, e que êstes se inspirem na procura do bem-estar da nação brasileira. E, mais, que, entre elas, tem dominância o nosso desenvolvimento econômico."

Essa conceituação lapidar de nossa doutrina revolucionária transplanta-se também, fielmente, à nossa política interna, onde os objetivos nacionais são procurados num quadro em que predominam, igualmente, o bem-estar social e o desenvolvimento econômico.

O levantamento dos objetivos nacionais, trabalho de pesquisa incansável que vem realizando a Escola Superior de Guerra, desde sua ins-

talação, reajustando-o, cada ano, com a colaboração dos civis e militares ali matriculados, ofereceu uma contribuição inestimável à formulação de nossa política revolucionária.

Os objetivos nacionais são a expressão legítima dos interesses e aspirações do povo brasileiro. Seu levantamento exige a apreciação cuidadosa e honesta de fatores vários, de natureza política, econômica, psicossocial, geográfica e militar.

Estabelecidos os objetivos nacionais, assumem eles o papel de metas supremas, a serem alcançadas e mantidas, através da formulação e da execução de uma política nacional e da aplicação do poder nacional.

Sofrem esses objetivos-metas, no processo histórico, o impacto permanente das pressões internas e externas, que visam a neutralizá-los (são os "desafios" de que tanto fala Toynbee). Caberá ao Estado, através de uma política adequada, exercer o poder nacional, impondo a fidelidade e a manutenção de seus rumos.

Arnold Toynbee, no seu magistral *Study of History*, diz que "entre as civilizações viventes, desde o começo da história da humanidade, sobreviveram aquelas que souberam responder aos desafios recebidos." Os desafios seriam as pressões do meio físico, das suas próprias contradições internas, dos grupos externos; a resposta seria a perseverança nos objetivos nacionais.

Entre os nossos objetivos nacionais ocupam lugar de destaque, sem dúvida, — integridade territorial, unidade nacional, soberania, projeção internacional, paz social e democracia representativa. Cada um deles soma aspirações — força presente na alma de cada brasileiro. No conjunto se entrosam e se harmonizam num sentimento de força coletiva. *Todos convergem, entretanto, para um denominador comum de bem-estar, fim supremo de todos eles, expressão universal do ideal de segurança e de prosperidade do ser humano e da coletividade.*

Entretanto, sabem muito bem os revolucionários que nenhuma obra do Governo poderá ser levada a bom termo sem que conte com a força de uma autoridade digna, respeitada, enérgica e esclarecida. A Revolução encontrou na figura do Presidente Castello Branco a plenitude dessas características. Possui tôdas as condições de estadista indispensáveis para colocar "a Revolução no seu trilho", iniciando a consolidação dos ideais revolucionários.

Ninguém melhor do que o próprio Presidente, principal formulador da doutrina revolucionária, poderá nos proporcionar as luzes para penetrar no âmago do pensamento revolucionário brasileiro.

Assim, passaremos em revista o pensamento revolucionário expresso pelo Presidente Castello Branco, nas várias oportunidades em que teve de se dirigir à Nação.

POLÍTICA GERAL

"Aliás, sòmente assim estaria fiel àquele nôvo estilo de Govêrno, inaugurado no Brasil, e no qual, no lado da seriedade de propósitos, da elevação dos objetivos e da integridade das ações, também esteja a firmeza nos atos e nas decisões necessárias à preservação do movimento de 31 de março. Um Govêrno no qual a justiça imposta a poderosos e humildes com igual isenção, seja uma âncora do cidadão, um Govêrno onde todos, sem distinção, se sintam garantidos nos direitos e prerrogativas. Um Govêrno, enfim, que se imponha como segurança para que todos possam viver, trabalhar e prosperar num ambiente de confiança." (Discurso de Recife, 5 de junho de 1964).

POLÍTICA REFORMISTA

"A idéia da reforma, através da História do País, representa o ariete com que se tem abatido a muralha dos privilégios. E isso não pode acontecer sem reações dos que se julgam protegidos ou abrigados por êsses muros defensores. Há pois que enfrentar resistências, e até compreendê-las. Mas, nem por isso ceder diante delas.

Por que não reformar a Constituição em muitos dês dispositivos que o tempo já mostrou inadequados aos fins almejados? Por que protelar a Reforma Agrária? Não haverá velho clamor em favor de uma nova lei eleitoral e da reestruturação dos partidos? Não devemos reformar as emprêsas, democratizando-as?

Urge compreendermos que a Revolução não estará realizada e consolidada no tempo, apenas por haver efetuado alguns expurgos, minorado a inflação e realizado eleições livres. Na realidade, sòmente as reformas poderão dar à Revolução a projeção e a continuidade desejada para o futuro do País. Hoje, como ontem, elas são a bandeira do futuro. Não é apenas o presente que nos deve interessar, e sim o amanhã que desejamos construir para o bem-estar das gerações que nos irão suceder.

É por isso, é por estar imbuída dêsse espírito de reforma e progresso, que a Revolução continuará a crescer. Ela é impessoal, e não conhece interêsses que não sejam os do povo." (Discurso de Salvador, 7 de agôsto de 1964).

POLÍCIA SOCIAL

"Outrossim, reafirmo a minha fé em que a democracia constitui a estrada real, ampla, lógica e experimentada para os operários, e todos o são, na medida dos seus pendores e aptidões, alcançarem justa e elevada remuneração, salário que lhes proporcione uma vida digna, numa sociedade livre das crises de desemprego e dos violentos contrastes da fortuna. Uma sociedade na qual cada um tenha a liberdade de produzir mais e de ganhar tanto quanto fôr capaz, desde que não viole a lei, não explore os trabalhadores e consumidores, nem estorve o desenvolvimento

do País. As nações que assim procederam, preservando a democracia, oferecem ao mundo o quadro do maior padrão de vida dos seus concidadãos, em cujo seio se restringem, cada vez mais, os privilégios e desníveis sociais. Todos prosperaram. Todos têm o seu quinhão de bens produzidos em alta escala e ninguém perdeu a liberdade. Mas, se em contraste com esses países, que acreditaram na liberdade, colocarmos aqueles nos quais se acenou aos mais humildes, com a extinção das classes, não encontraremos nem a prosperidade, que não atingiram, nem a liberdade, que perderam totalmente, ao mesmo tempo em que vemos emergir nêles uma rica e privilegiada classe burocrática. Bem vêdes, pois, que a contínua e legítima ascensão dos trabalhadores não será levada a bom termo, senão pela estrada da democracia que não ameaça, não corrompe, não engana. Através dela, num clima desapassionado e propício ao livre e amplo debate, e que encontrareis, como é desejo e objetivo da Revolução, as conquistas e reinvidicações que se efetivaram mediante reformas bem formuladas, convenientemente planejadas e democraticamente incorporadas à vida brasileira." (Discurso realizado em 1/5/64 em São Paulo).

POLÍTICA SINDICAL

"Quanto aos sindicatos, restaurados no seu normal funcionamento e reunindo número cada vez maior de associados, serão os legítimos representantes do pensamento e das reivindicações de seus componentes. Isso significa que, a fim de assegurar ao trabalhador, sem distinção de qualquer ordem, crescente participação na vida sindical, não será o Ministro do Trabalho o empresário de cúpulas prepotentes e corruptas. Do mesmo modo que não usará os sindicatos para implantação de um usurpador poder pessoal ou para subversão da ordem, fonte imediata de clamorosa redução do rendimento do trabalho nacional. Assim, livres da corrupção e do arbítrio governamental, voltarão os sindicatos à sua função normal de autênticos mandatários dos trabalhadores." (Discurso realizado em 1/5/64 em São Paulo).

"O Governo tem três grandes setores no seu programa: contenção da inflação, retomada do desenvolvimento e as reformas." (Entrevista em Recife em 5/6/64).

POLÍTICA AGRÁRIA

"Cumpre, pois, ao Governo encontrar os meios pelos quais sejam as atividades do campo colocadas no lugar que lhes compete na economia e na prosperidade do País. Nenhuma nação conseguiu, até hoje, sadia vida econômica, se não contar com a insubstituível retaguarda da agricultura. Nem outro é o motivo por que países como a Rússia, os Estados Unidos ou a França, aplicam imensos recursos com o objetivo de amparar e minorar os seus agricultores. Daí a necessidade de encontrar meios de revitalizar a agricultura, menos com o objetivo de atender aos reclamos de grandes parcelas da nossa população do que como caminho

seguro para dar vigor a estabilidade a tóda a economia nacional. Acredita, aliás, o Governó, que, mediante a adoção de algumas medidas que considera essenciais, será possível alcançarmos novos horizontes para a agricultura brasileira. Dentre elas, devemos mencionar, em primeiro lugar, a aplicação generalizada de técnicas modernas destinadas a aumentar, consideravelmente, a produtividade, e que, dado o alto grau alcançado pela ciência, representa verdadeira multiplicação dos pães. Nesse particular há que considerar, em primeiro lugar, a intensiva mecanização da agricultura, cujo primeiro passo é o incentivo à indústria nacional de tratores e máquinas agrícolas, que deverão ser financiados e revendidos aos fazendeiros. E isso ao mesmo tempo em que a concentração de patrulhas mecanizadas em zonas de produção de gêneros alimentícios permitirá sensível crescimento no afluxo dos mesmos aos grandes centros consumidores. (Discurso de Curitiba, em 4/9/64).

POLÍTICA ECONÔMICA

“Não há dúvida de que caminhamos, rapidamente, para a democratização das empresas, fenômeno por alguns denominado de neocapitalismo ou capitalismo democrático. E, em que pêssem as transformações por que deverá passar, quando transplantado para o nosso meio, não é temerário adiantar que conservará traços fundamentais.

Dentre êstes, poderemos assinalar a larga difusão da empresa entre os acionistas, uma ativa concorrência entre as empresas, nos preços, na qualidade, no serviço e no aperfeiçoamento técnico, fixação de salários e condições de trabalho, mediante contratos coletivos entre empregados e sindicatos, a ação do Governó na organização e controle das organizações, através de medidas que suplemtem as empresas privadas, sem contudo as substituir. Tudo, enfim, a implicar num sistema de crescentes relações entre o Governó e o setor privado, não com o objetivo de o esmagar ou enfraquecer, mas de o fortalecer, dentro de bases mais condizentes com uma verdadeira democracia. Será êsse, certamente, um meio de possibilitar a convivência do controle social do Estado com a liberdade individual, que consideramos bem ou dádiva inalienável.

Cabe assim à iniciativa privada e ao Governó unirem-se em esforço comum, altamente benéfico à coletividade e da parte das empresas, além dos deveres sociais que lhes assiste, buscando tornar cada vez mais efetiva a justiça social e o bem-estar do povo, cumpre exaltar compreensão do rigor com que devem contribuir para as rendas públicas, o imposto não deve ser para elas um espantinho nem motivo para atritos com a Fazenda Pública. Mas, do mesmo modo que deseja cobrar, o Governó pretende, principalmente, ajudar a quantos queiram e estejam em condições de desenvolver a empresa privada, com a qual espera partilhar a responsabilidade de alguns investimentos essenciais. É uma política que tem os seus fundamentos em vários motivos. E, dentre êles, devemos mencionar e logo a limitação dos recursos públicos em relação à demanda de capitais e à descentralização de tarefas no processo de desenvolvimento.” (Discurso de Fortaleza, de 23 de junho de 1964).

“Sòmente criando riqueza poderemos melhor dividi-la com todos os brasileiros. Disso o Govêrno está certo. E daí o amparo e o estímulo que deseja proporcionar ao capital indispensável ao nosso desenvolvimento. Até porque — e seria dispensável dizê-lo — ninguém melhor do que os próprios homens de emprêsa, pela experiência e pelos conhecimentos que têm do problema, sabem quanto é necessário impregnar o capital e os seus detentores de um arraigado sentimento de transformação compatível com os dias atuais, e sem o que não logrará salvar-se nem servir à coletividade.

Sòmente assim chegaremos àquele ponto de equilíbrio e conciliação — um dos ideais da Revolução — e que consiste em não desamparar o trabalhador, nem desestimar os capitais destinados a criar novos núcleos de riqueza nacional.” (Discurso de Pôrto Alegre, em 22 de maio de 1964).

POLÍTICA EXTERNA

“No caso brasileiro, a política externa não pode esquecer que fizemos uma opção básica, que se traduz numa fidelidade cultural e política ao sistema democrático ocidental. Dentro dêsse condicionamento geral, a nossa independência se manifestará na aferição de cada problema específico, estritamente em termos de interesse nacional, com margem de aproximação comercial, técnica e financeira com os países socialistas, desde que êstes não procurem invalidar nossa opção básica.

Não devemos pautar nossa atitude nem por maquiavelismo matuto nem por uma política de extorsão. Reciprocamente, não devemos dar adesão prévia às atitudes de qualquer das grandes potências — nem mesmo às potências guardiãs do mundo ocidental, pois que na política externa destas é necessário distinguir os interesses básicos de preservação do sistema ocidental dos interesses específicos de uma grande potência.

Em resumo, a política exterior é independente, no sentido de que independente deve ser, por fora, a política de um país soberano. Política exterior independente, no mundo que se caracteriza, cada vez mais, pela interdependência dos problemas e dos interesses, significa que o Brasil deve ter o seu próprio pensamento e sua própria ação. Esse pensamento e essa ação não serão subordinados a nenhum interesse estranho ao Brasil. O interesse do Brasil coincide, em muitos casos, em círculos concêntricos, com o interesse da América Latina, do Continente americano e da comunidade ocidental. Sendo independentes, não teremos medo de ser solidários e, dentro da independência e da solidariedade, a política exterior será ativa, atual, e adaptada às condições de nosso tempo e aos problemas de nosso dia. Será a política externa da revolução.” (Discurso no Itamarati, de 1 de julho de 1964).

“Somos pan-americanistas, ocidentalistas e mundiais, tudo pelo nosso desenvolvimento e pela paz mundial.” (Entrevista de 30/10/64).

“Sòmente criando riqueza poderemos melhor dividi-la com todos os brasileiros. Disso o Governò está certo. E daí o amparo e o estímulo que deseja proporcionar ao capital indispensável ao nosso desenvolvimento. Até porque — e seria dispensável dizê-lo — ninguém melhor do que os próprios homens de emprêsa, pela experiência e pelos conhecimentos que têm do problema, sabem quanto é necessário impregnar o capital e os seus detentores de um arraigado sentimento de transformação compatível com os dias atuais, e sem o que não logrará salvar-se nem servir à coletividade.

Sòmente assim chegaremos àquele ponto de equilíbrio e conciliação — um dos ideais da Revolução — e que consiste em não desamparar o trabalhador, nem desestimar os capitais destinados a criar novos núcleos de riqueza nacional.” (Discurso de Pôrto Alegre, em 22 de maio de 1964).

POLÍTICA EXTERNA

“No caso brasileiro, a política externa não pode esquecer que fizemos uma opção básica, que se traduz numa fidelidade cultural e política ao sistema democrático ocidental. Dentro dêsse condicionamento geral, a nossa independência se manifestará na aferição de cada problema específico, estritamente em têrmos de interesse nacional, com margem de aproximação comercial, técnica e financeira com os países socialistas, desde que êstes não procurem invalidar nossa opção básica.

Não devemos pautar nossa atitude nem por maquiavelismo matuto nem por uma política de extorsão. Reciprocamente, não devemos dar adesão prévia às atitudes de qualquer das grandes potências — nem mesmo às potências guardiãs do mundo ocidental, pois que na política externa destas é necessário distinguir os interesses básicos de preservação do sistema ocidental dos interesses específicos de uma grande potência.

Em resumo, a política exterior é independente, no sentido de que independente deve ser, por fora, a política de um país soberano. Política exterior independente, no mundo que se caracteriza, cada vez mais, pela interdependência dos problemas e dos interesses, significa que o Brasil deve ter o seu próprio pensamento e sua própria ação. Esse pensamento e essa ação não serão subordinados a nenhum interesse estranho ao Brasil. O interesse do Brasil coincide, em muitos casos, em círculos concêntricos, com o interesse da América Latina, do Continente americano e da comunidade ocidental. Sendo independentes, não teremos medo de ser solidários e, dentro da independência e da solidariedade, a política exterior será ativa, atual, e adaptada às condições de nosso tempo e aos problemas de nosso dia. Será a política externa da revolução.” (Discurso no Itamarati, de 1 de julho de 1964).

“Somos pan-americanistas, ocidentalistas e mundiais, tudo pelo nosso desenvolvimento e pela paz mundial.” (Entrevista de 30/10/64).

POLÍTICA EDUCACIONAL

"Por certo a independência crescente dos diversos problemas de ordem educativa torna cada vez mais imperioso o planejamento conjunto da educação. Cumpre, pois, que os seus múltiplos e complexos aspectos sejam hierarquizados pela sua relevância, desde o imperioso dever da universalização do ensino primário obrigatório e gratuito até a inadiável preparação do pessoal qualificado para atender o surto de desenvolvimento do País. Nenhum problema mais grave do que o dêsse ensino, pois o Brasil não pode continuar a apresentar-se entre as nações com mais de 30 milhões de analfabetos. Relegar ao analfabetismo metade das novas gerações equivale a perdermos metade de precioso elemento com que poderemos contar para o progresso econômico, cultural e social. Governos anteriores já assumiram compromissos internacionais, no sentido de proporcionar escolas a tôda a nossa população em idade escolar. Agora, vamos criar condições para que tal objetivo seja alcançado. É o que prometemos, hoje, solenemente, perante a Nação, que não mais suportu ser enganada na observância dos direitos mais sagrados do povo."

"No ensino médio, tão deficiente quanto o primário, pensa o Governo proporcionar bem maiores oportunidades educacionais. Dever-se-á, inclusive, suprimir as discriminações sobre o ensino de tipo acadêmico e os ramos que preparam para as várias atividades tecnológicas indispensáveis no desenvolvimento do País. Aliás, entre as metas educacionais do Governo, está a revisão da estrutura universitária a começar pelo estatuto do magistério." (Discurso no Ceará, em 23 de junho de 1964).

POLÍTICA MILITAR

"A Revolução brasileira incluiu, necessariamente, o fortalecimento da profissão militar, básica nas Forças Armadas. A renovação de sua estrutura é hoje, indeclinavelmente, tarefa de chefes, para modernizar, sobretudo, a organização dos meios, os métodos de administração e os processos de seleção de chefia. Coesão e eficiência são, por outro lado, decorrência direta de instrução sempre modernizada. É indicado, vez por outra, que jovens oficiais se sentem frustrados com alguns acontecimentos políticos da Revolução. É admissível, possivelmente. Mas também é compreensível que a frustração de muitos tenha outra origem, a de condições profissionais não atualizadas. Só o dinamismo na tropa, nos estados-maiores e nos comandos, domina o espírito militar da oficialidade e é básico para a Revolução empreender as mudanças já admitidas pelos altos Comandos". (Discurso no Estado-Maior do Exército, em 25/8/1964).

CONCLUSÕES

Tem a Revolução brasileira uma missão inarredável a cumprir — a de transformar este País grande numa grande Nação. É missão para nossa geração. Não poderá ser postergada, porque a avalanche da ex-

ploração populacional dos últimos 35 anos dêste século nos coloca diante de uma opção incontornável — ou seremos, no ano 2000, 200 milhões de brasileiros prósperos e felizes, a exemplo dos Estados Unidos de hoje, ou seremos 200 milhões de desajustados e famintos, como acontece na atualidade com algumas das superpovoadas nações asiáticas.

Possuímos as condições essenciais à transformação do País numa potência mundial. À análise dos três fatores de potencialidade de Kjellen — espaço geográfico, liberdade de movimentos e coesão interna — nos é bastante favorável.

Nosso espaço geográfico, o 4.º em extensão territorial compacta, no mundo — somos precedidos apenas pela Rússia, China e Canadá —, bem articulado com um grande oceano, oferece condições de riqueza e de habitabilidade capaz de suportar numerosa e próspera população.

Liberdade de movimentos temo-la ampla. Não nos impedem ou limitam a articulação, nem condições de isolamento, nem barreiras físicas insuperáveis, nem vastas áreas desérticas. Nosso território, bem arejado, favorece os contatos e intercâmbios.

Quanto à coesão, não temos o direito de duvidar, por um só minuto, da existência em nosso País de uma admirável unidade espiritual — o gaúcho, acreano, paulista, baiano, maranhense, mato-grossense, todos vibram uníssonos, diante de nossa bandeira, do nosso hino, da nossa música popular, das mesmas histórias de Caramuru e João Ramalho, da mesma lenda do Saci-Pererê.

Não estaremos, portanto, pecando por excesso de otimismo, se afirmamos que as perspectivas de grandeza e de potencialidade que se abrem para o nosso País são das mais animadoras.

O empenho da Revolução brasileira é transformar essas perspectivas em realidades. É colocar o Brasil no trilho da grandeza.

O pensamento revolucionário, em perfeita sintonia com as mais modernas correntes de idéias do mundo moderno, lança a sua doutrina de Governo, sintetizada na seriedade, honestidade e competência da administração pública, e na dinâmica de ação política que tem como vetores principais o bem-estar social e o desenvolvimento econômico.

Com êstes propósitos e, com a mais inquebrantável fé nos destinos do Brasil, a Revolução empenha-se na sua obra.

Diz Toynbee, em tom de advertência, depois de analisar as causas do sucesso e do fracasso das populações: — “Após uma etapa de crescimento, algumas sociedades humanas entraram em colapso pela perda do poder criador das minorias dirigentes que, à mingua de vitalidade, perderam a força mágica de influir sobre as massas criadoras e de atraí-las.”

Pretende o pensamento revolucionário ser a seiva vitalizante das minorias dirigentes que há de conduzir a Nação brasileira aos mais altos destinos de grandeza e de prosperidade.